

# O convento: matriz original das instituições totalitárias e o surgimento da sociedade disciplinar<sup>1</sup>

Sílvio José Benelli<sup>2</sup>

Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Assis

**Resumo:** Neste artigo procuramos discutir uma hipótese de pesquisa que aparece em Foucault, Castel e em Goffman, segundo a qual o convento católico pode ser pensado como a matriz original das diversas instituições totais que surgiram no mundo ocidental. Caracterizamos as diversas instituições totais e apresentamos o fenômeno universal da vida monástica, explicitando esquematicamente o surgimento do convento/mosteiro no ocidente europeu católico e seu modo de funcionamento, discutindo as principais características da tecnologia conventual, destacando seu aspecto de agência produtora de subjetividade. As técnicas disciplinares que proliferaram nas instituições fechadas, começaram a surgir nos conventos religiosos que podem ser considerados laboratórios onde elas foram experimentadas antes de serem generalizadas. O convento foi uma impressionante máquina de poder sobrecodificador, que desenvolveu uma tecnologia altamente sofisticada para a produção de sujeitos e de subjetividade.

**Palavras-Chave:** *Convento católico, instituições totais, produção de subjetividade.*

## *A origem do poder disciplinar na tecnologia conventual*

Neste artigo, buscamos circunscrever nosso objeto de pesquisa, investigando uma hipótese que aparece em Foucault (1979, 1982, 1984, 1999a, 1999b), Castel (1978) e em Goffman (1987), segundo a qual o convento católico pode ser pensado como a matriz original das diversas instituições totais que surgiram no mundo ocidental. Apresentamos o fenômeno universal da vida monástica, explicitando esquematicamente o surgimento do convento/mosteiro no ocidente europeu católico e seu modo de funcionamento, discutindo as principais características da tecnologia conventual e destacando seu aspecto de agência produtora de subjetividade. O convento foi uma impressionante máquina de poder sobrecodificador, que desenvolveu uma tecnologia altamente sofisticada para a produção de sujeitos e de subjetividade. Caracterizamos as

---

<sup>1</sup>Este artigo é parte da pesquisa de mestrado: “Pescadores de Homens: a produção da subjetividade no contexto institucional de um Seminário Católico” que foi desenvolvida por Sílvio José Benelli, sob orientação de Abílio da Costa-Rosa, Professor Assistente Doutor junto ao Departamento de Psicologia Clínica e do Curso de Pós Graduação em Psicologia - Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Assis, com financiamento da FAPESP.

<sup>2</sup> Psicólogo e doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

diversas instituições totais a partir de Goffman (1987) e apresentamos nossas análises relativas ao Seminário Católico investigado como uma singular instituição total.

Antes do aparecimento histórico do leprosário e do asilo para doentes mentais, da prisão e das demais instituições de seqüestro, a tecnologia totalitária foi elaborada no convento e mosteiros cristãos (Foucault, 1982, 1999a, 1999b; Castel, 1978, Goffman, 1987). O convento e o mosteiro são criações institucionais que realizaram plenamente a figura do espaço fechado, pleno e saturado de regras e disciplinas onde a ruptura com o mundo exterior era um meio de maximizar em seu interior, as regras disciplinares. Esses estabelecimentos podem ser vistos como máquinas de poder admiráveis e sistemáticos agenciamentos institucionais, como autênticos laboratórios de experimentação sobre o homem, que visam a produção e a modelagem da subjetividade (Castel, 1978, Foucault, 1982, 1999a). No asilo (para empestados, leprosos, loucos, delinqüentes, pobres) e na prisão as técnicas conventuais desenvolveram sua coerência sistemática e quando do surgimento da sociedade disciplinar, se encarnaram nas diversas instituições de seqüestro (escolas, fábricas, hospitais, prisões, etc.) e também nas demais, em que se destacam as funções subjetivadoras.

O típico convento ideal exemplifica a afinidade que existe entre o isolamento, a disciplina e a transformação da personalidade. Ele se constitui como uma condição de possibilidade para a realização da utopia totalitária: possui um aperfeiçoado código que seleciona os vocacionados novatos (o código religioso da vocação) e finalidades institucionais oficiais específicas (realizar um processo de conversão para “matar o homem velho” e produzir um “homem novo”). Geralmente o vocacionado, ao postular seu ingresso no convento, deseja e aceita o processo de transformação de sua personalidade que a organização da existência na instituição fechada tem por objetivo promover. As técnicas disciplinares proliferaram nas instituições fechadas. Começaram a surgir nos conventos religiosos que funcionaram como laboratórios onde elas foram experimentadas antes de serem generalizadas. Foucault (1982, 1999a, 1999b) sempre se refere em suas análises históricas, às origens religiosas e eclesiásticas das modernas técnicas de poder. Procedimentos disciplinares já existiam há muito tempo, nos conventos, mas eles visavam mais o aumento de autodomínio, na obediência a um superior.

No entanto, conforme Foucault, sua potencialidade só atingiu a plena eficácia quando essas técnicas se autonomizaram dessa matriz religiosa e se radicalizaram em uma lógica própria. Isso aconteceu quando da decadência da estrutura do poder medieval/feudal controlado pela Igreja e do aparecimento de novas exigências de poder decorrentes das condições de formação das sociedades capitalistas modernas. As disciplinas se tornaram no decorrer do século XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação, uma sofisticação a partir da matriz conventual original.

### ***A universalidade do fenômeno da vida monástica***

A vida monástica, solitária ou comunitária, de acordo com Gómez (1996), não é monopólio do Cristianismo. Em todas as religiões costuma existir, de modo mais ou menos explícito, um estilo “marginal”, porém organizado, que busca encarnar seus valores essenciais, podendo ser designado genericamente como vida monástica. Além do mais, é possível encontrar em todas as manifestações da vida monacal, nas diversas religiões, semelhanças e paralelismos.

Homens de diferentes culturas, lugares e épocas estabeleceram um estilo de vida que possui muitos elementos comuns que podem ser explicados através de condicionamentos sócio-culturais. Essas coincidências indicam que a sublimação é um traço característico da vida monástica em geral. Pessoas em diferentes experiências religiosas, ao avançarem em sua peregrinação espiritual, passam por etapas obrigatórias, do ponto de vista antropológico, ingressando num processo ascético.

O ascetismo, do qual a vida monástica é apenas uma forma mais elaborada, sofisticada e organizada, tem primeiramente um sentido antropológico (Gómez, 1996), baseando-se numa filosofia de vida (que implica numa concepção particular da ordem natural da vida, à margem de qualquer interpretação religiosa que se lhe queira atribuir posteriormente), antes de se constituir uma teologia da vida monástica. O estilo de vida monacal seja para um indivíduo ou para um grupo, se organiza predominantemente ao redor de valores formalmente religiosos. O monge é o homem que está buscando se encontrar com a divindade e tudo nele se organiza em função de atividades que propiciem esse encontro.

A vida monástica, enquanto manifestação concreta do ascetismo, elemento comum nas mais diversas religiões, é um fenômeno primário que em suas etapas iniciais emerge da contraposição entre o sagrado e o profano. As relações com a divindade não podem ser abordadas a partir das maneiras habituais de acordo com as quais os homens se relacionam entre si e com a natureza. Esse dualismo interior que pressupõe o ascetismo aprofunda suas raízes nos conceitos de espírito e matéria, ainda que ao nível prático o confronto seja entre a extroversão e a dispersão em direção à realidade circundante, e a introversão e o recolhimento em direção ao objeto considerado como fonte e origem da vida espiritual. As renúncias aos vários aspectos da vida cotidiana possibilitariam a unificação íntima com a divindade que supostamente abarca tudo. O ascetismo seria então um patrimônio comum de todas as religiões e uma de suas formas mais elaboradas é a vida monástica.

A universalidade do fenômeno da vida monástica parece emergir de motivações psicológicas que brotam da consciência religiosa do ser humano. A vida monástica poderia ser a criação de uma consciência religiosa na medida em que expressa a exigência de unidade, de exclusividade, consequência da adesão a um absoluto que, por sua própria natureza, relativiza e tende a excluir todo o demais. A finalidade e principal motivação deste peculiar estilo de viver a religião é a pretensão de criar um ambiente propício para o relacionamento do homem com a divindade e com o além. A divindade e o além recebem diversas denominações e expressam diferentes realidades, de acordo com a natureza específica de cada religião e cultura. Os meios pelos quais o monge estabelece contato com o além e com a divindade podem ser muito diversos: a iluminação, o êxtase, a contemplação, a meditação, o transe, a catarse ou o esvaziamento interior.

Gómez (1996, p. 54) afirma que

O homem está orientado, por sua própria natureza, em direção ao absoluto, para Deus. Dentre todas as necessidades fundamentais que o homem tem, a necessidade de Deus é o que o constitui como centro ao redor do qual giram as diversas formas do monacato. Quando a necessidade de Deus emerge do mais profundo, é tão forte que é capaz de neutralizar todas as demais e esse homem se incapacita a si mesmo para viver de outro modo que não seja essa preocupação única pelo Único e Absoluto de Deus. Nesse sentido, a vida monástica é a realização plena e total da vocação religiosa inscrita na própria natureza humana. Como tal, o monacato constitui a forma religiosa por

excelência. Na sua origem está a sede de Deus que motiva aqueles que tomados por ela, se submetem a qualquer sacrifício, com o objetivo de alcançar a Deus no mais profundo da própria alma.

A idéia de uma natureza humana atemporal e universal, pronta e acabada de uma vez por todas não parece pertinente. Afirmamos que a subjetividade é uma construção sócio-histórica mutante, não se estabelecendo como um padrão definitivo e invariável. Por outro lado, embora possa acontecer, uma “subjetividade religiosa” não indica necessariamente refúgio na neurose, por exemplo, ou estratégias improdutivas de negação da vida. Ferraz e Ferraz (1994, p.5) trabalha com a hipótese de que “essa confiança dos homens de fé em habitarem um *eterno hoje* após a morte, pode constituir-se em uma posição existencial produtiva. Queremos dizer que essa atitude de confiança do homem de fé na vida eterna, pode permitir um processo criador e cúmplice da vida”. No convento, permeando o discurso teológico que pretende explicitar suas funções positivas (como o homem pode unir-se a divindade?), podemos detectar a emergência de uma ainda rudimentar e incipiente problematização do corpo (a ser individualizado e adestrado), da sexualidade (carne a ser mortificada) e da alma (a ser produzida como consciência subjetiva).

### ***Surgimento e características gerais do convento católico***

O monarquismo cristão nasceu depois da era dos mártires, visando substituir ou continuar seu testemunho excepcional e não-conformista, como uma provocação contra a ordem instituída. A partir do século IV d.C. os cristãos já estavam integrados como cidadãos e funcionários públicos do império romano. Essa situação de comodidade e de privilégios começou a causar insatisfação em alguns cristãos que desejavam romper com suas comunidades e levar uma vida mais conforme à radicalidade do Evangelho. Deixaram as cidades e foram viver solitários (*monos*: só) e se tornaram eremitas (*eremus*: deserto). Inicialmente solitários, logo foram seguidos por outros que se sentiram atraídos pelo deserto, fugindo do mundo, reunindo-se em torno de um anacoreta (*anachorein*: afastar-se), respeitado por sua experiência, pela qualidade de sua oração ou conselho.

Muito rapidamente, a necessidade de organização fez com que os solitários se reunissem em comunidades, os eremitas tornaram-se cenobitas (*koinos bios*: vida comum). O organizador deste estilo de vida comum foi Pacômio, que deu sua primeira regra (Lapierre, 1993) aos monges ao redor de 320 d.C. O ideal do monge deixou de ser as façanhas solitárias de Abraão e Elias, ou de Jesus no deserto, para centrar-se na comunidade cristã primitiva descrita nos Atos dos Apóstolos. Os monges se reuniam em comunidade, fogem do mundo, recusavam, renunciavam e contestavam o mundo e a sociedade de seu tempo, buscando construir uma vida radicalmente evangélica em um microcosmo isolado. Desejavam viver em comunidade, mas paradoxalmente também ansiavam pela solidão, optavam pelo celibato e buscavam a união com Deus junto com seus irmãos de comunidade. A vida do monge estava organizada em algumas dimensões: a vida comunitária, a liturgia, a oração e o trabalho. O monge procurava viver os conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência, seguindo o modelo de vida de Jesus, de acordo com os Evangelhos.

Pacômio, nascido ao redor do ano 290 d.C., monge inicialmente anacoreta, é considerado o fundador da vida monástica comunitária. Aos seus discípulos, Pacômio

exigia renúncia absoluta aos seus bens pessoais e a tudo o que viessem a adquirir no futuro, tudo deveria ser colocado em comum. O monge não poderia dar, emprestar, receber, destruir nem trocar nada sem permissão da autoridade competente. Mas, sobretudo, o monge deve viver em comum, renunciando a sua vontade para submeter-se inteiramente a obediência a um superior em tudo o que diz respeito ao trabalho, ocupações, vestuário, alimentos, renuncia inclusive às iniciativas pessoais. O revolucionário em Pacômio foi criar um sistema monástico no qual submete a uma regulamentação minuciosa a total independência dos anacoretas. Quando o monaquismo se estabelece, ele se traduz através das regras, das convenções para o dia a dia, consignadas por escrito. Uma Regra exprime primeiramente a orientação espiritual que o grupo decidido a vivê-la se impõe, num momento inicial, fundador e instituinte. Com o passar do tempo, ela tende a se cristalizar num código prescritivo, mais do que inspirador, se torna uma instituição.

A vida comunitária pacomiana (Gómez, 1996, p. 228) se organizava em torno de três aspectos: colocação dos bens em comum, sinal da negação do ego do monge, que nada possui de próprio; submissão e serviço mútuo, como instrumento de purificação; fidelidade a uma Regra, exigida pelo próprio desenvolvimento da comunidade. Pacômio introduziu um novo elemento na vida monástica: ele encerrou toda a vida dos monges no recinto formado por um alto muro protetor. O mosteiro murado com uma única porta é o símbolo mais evidente do estilo pacomiano. Tudo o que é exterior a esse muro é o mundo; quem entra pela porta no convento, sai do mundo e ingressa na comunidade dos santos (separados). O trânsito dos monges para trabalhar nos campos externos e o acesso das visitas eram controlados pelo porteiro designado pelo superior do mosteiro. Dentro do recinto murado havia várias casas para mais ou menos vinte monges cada. Os monges tinham, ao menos no princípio, cada um sua cela. Quando seu número aumentou, vários monges passaram a partilhar a mesma cela. Havia uma série de edifícios comuns para todo o mosteiro: igreja, refeitório, cozinha, despensa, além de pátios, jardins e da hospedaria. O traje era comum para todos os monges, cada hábito era marcado com um sinal de identificação do mosteiro e da casa à qual pertencia a pessoa.

Cada mosteiro era regido por um superior, os diversos mosteiros estavam unidos entre si e reconheciam a autoridade de Pacômio e de seus sucessores. Os monges de todos os mosteiros se reuniam para celebrar a Páscoa e depois para prestar contas da administração anual, o que indica que os mosteiros rapidamente foram se tornando centros econômicos. Também eram eleitos os superiores dos mosteiros e os diversos encarregados, embora não se saiba muito bem como isso se realizava, pois não há especificação na Regra (Gómez, 1996, p. 231). Nesses encontros ocorriam ainda confissões públicas de culpa e reconciliação entre os monges.

No mosteiro pacomiano o trabalho se converteu numa lei absoluta e imprescindível, em busca de responder aos múltiplos problemas materiais típicos de uma comunidade numerosa. Podemos inferir que a vida no mosteiro pacomiano possui uma formação quase militar e que o claustro se parece com um grande quartel, instituindo um estilo de vida fortemente caracterizado pela uniformidade. A Regra de São Bento (Lapierre, 1993), organizada em 73 capítulos, é um exemplo clássico de como a tecnologia monástica foi se desenvolvendo e se consolidando ao longo do tempo, estabelecendo uma série de mecanismos que visavam a formação de pessoas no contexto institucional. A “estabilidade” constitui um dos pilares da vida beneditina: consiste em permanecer com os membros do mosteiro, praticando com eles a obediência ao abade, que representa Cristo, todos sujeitos a uma Regra.

A vida comunitária e fraterna é o principal objetivo da Regra beneditina (Lapierre, 1993), pois é em comunidade que os monges serão autênticos servidores e discípulos do Senhor. O princípio “ora et labora”, apesar de não se encontrar escrito na Regra de São Bento (Benito, 1984), sintetiza claramente o espírito das abadias beneditinas: a vida estável e fraterna no mosteiro é a condição na qual cada monge trabalha no seu próprio aperfeiçoamento pessoal, mediante a oração contemplativa e o trabalho solidário. É uma oração que se faz trabalho e um trabalho que se faz oração. São Bento organizou o “Ofício Divino”, orações cantadas a partir dos salmos bíblicos, oração comunitária e oficial do mosteiro. Depois de cantar os louvores de Deus, os monges realizavam comunitariamente o trabalho: trabalho intelectual, ao qual o monge estava obrigado a dedicar pelo menos três horas por dia, lendo a Bíblia e outros autores cristãos (*Lectio Divina*: leitura espiritual que leva à meditação e à contemplação); e o trabalho manual para ganhar o sustento de cada dia.

### ***Principais características da tecnologia conventual***

Baseando-nos em Gómez (1996, p. 49-53), procuramos desenvolver as características da tecnologia conventual, apontando sua incidência produtiva no corpo e na alma dos homens, também como alguns de seus efeitos atuais nas instituições totalitárias e de seqüestro:

1. *Isolamento do mundo exterior, através do enclaustramento, rompendo com as influências não controláveis do ambiente mais amplo que poderiam desordenar e perverter o candidato à vida religiosa conventual.* A seqüestração é a primeira condição colocada pela formação religiosa do vocacionado. As condições adequadas para a formação do candidato são reunidas e concentradas em estabelecimentos totalitários específicos. A vida é organizada separadamente do mundo e da sociedade: os muros criam o distanciamento e normas de conduta que isolam do contato com as pessoas da redondeza. Detectamos aqui a origem do isolamento pedagógico-terapêutico, pois visa o cultivo da vocação, isentando o indivíduo do contágio do mundo. Podemos estabelecer aqui um interessante paralelo com o significado do manicômio, de acordo com Esquirol: “Uma casa de alienados é um instrumento de cura; nas mãos de um hábil médico ela é o agente terapêutico mais poderoso contra as doenças mentais” (Castel, 1978, p. 61).

2. *Organização formal do convento:* baseado na necessidade de ruptura com o mundo exterior, emergiu a necessidade complementar de construir, a partir do início, um novo laboratório social no qual toda experiência humana poderia ser reprogramada. A vida cotidiana do monge no claustro é tecida através de uma rede de regras que constituem a ordem conventual: articula rigorosamente lugares ocupações, uso do tempo, hierarquias. O convento funciona então como uma sociedade ideal, no sentido de idealmente submetida a uma lei ordenadora poderosa.

3. *A continência ou virgindade, que geralmente é observada durante toda a vida.* Este costuma ser o aspecto social mais distintivo e diferenciador do monge com relação à sociedade mais ampla. Esse elemento expressa a exigência de unidade e exclusividade na adesão ao absoluto de Deus na vida do monge, que tende naturalmente a relativizar e a excluir todo o resto. A atividade sexual nas instituições totais costuma ser proibida, suspensa ou vigiada, para efeitos de controle e de tratamento, incidindo diretamente no corpo dos indivíduos.

4. *Proeminência da oração na organização da vida cotidiana. A oração inclui não apenas diversas formas de meditação, mas também de leitura de textos sagrados, rituais litúrgicos, etc.* As diversas técnicas de direção espiritual, de auto-exame, de exame de consciência, da confissão, estão na base do processo de constituição da subjetividade privatizada que caracteriza o homem ocidental (Foucault, 1982).

5. *Cultivo de práticas penitenciais que, de um modo geral, comportam uma austeridade habitual e que implica também momentos especiais de sacrifício pessoal: jejuns, abstinência de carne, vinho, flagelações, etc.* O ascetismo consiste fundamentalmente no fato de que o homem se impõe sacrifícios e privações voluntárias que têm como finalidade tanto a expiação religiosa quanto a educação moral. Pelo pecado, o homem estabeleceu relações inadequadas consigo, com os demais e com Deus. Nesse contexto, a ascese recebe sua justificativa e especificidade religiosa. Decidido a expiar seus pecados e a submeter ao império da razão seus sentidos e instintos, o monge submeterá seu corpo à vontade racional, dentro de um estilo de vida austero quanto à alimentação, vestuário, moradia, etc. As diversas técnicas de “mortificação do eu” (Goffman, 1987, p. 24ss.) e de adestramento do corpo (Foucault, 1999b) podem ser pensadas como uma sofisticação dessas práticas penitenciais.

6. *Sujeição a uma Regra (Lapierre, 1993) ou regulamento de vida*, imprescindível na vida monástica comunitária, mas que também existe para monges solitários, que demarca pelo menos algumas diretrizes gerais de comportamento, visando a que as demais pessoas os reconheçam como monges. O mosteiro é regido pela Regra de Vida, sob a autoridade do superior, o abade. A Regra é o programa que organiza a vida da comunidade, instituindo o modo de funcionamento do estabelecimento, desde o ingresso dos novatos, as funções de cada membro, seus lugares, direitos e deveres. As diversas instituições totais possuem seu “regimento interno”, pauta de conduta prescrita aos seus integrantes.

7. *Submissão a um superior, cujas atribuições estão especificadas na Regra.* Também existe o diretor espiritual, ao qual se recorre em busca de uma orientação para o próprio comportamento. Há o estabelecimento de uma relação de autoridade que une o superior hierárquico aos seus subordinados e ao candidato vocacionado, no exercício de um poder sem reciprocidade e constantemente aplicado. O superior encarna a lei viva do convento e o convento é um mundo construído à imagem da regra que ele encarna. O espaço conventual concentra e potencializa seus poderes e, inversamente, a ordem inscrita nas coisas ganham vida como ordem moral por ter como suporte a vontade do superior. O poder e autoridade do professor, do médico, do psiquiatra, do psicólogo podem encontrar aí sua provável origem.

8. *Pobreza, que implica num despojamento voluntário e radical de bens materiais*, para viver do próprio trabalho, cujos frutos são partilhados com todos da comunidade. O despojamento dos doentes e presos tem geralmente uma justificção racionalizadora: visa a eficiência institucional.

9. *Tempo de iniciação ou noviciado, exigido necessariamente para o ingresso na vida conventual, a fim de que o candidato se instrua e demonstre ter capacidade suficiente para abraçar este estilo de vida.* O diretor espiritual tem como função acompanhar o noviço no processo de discernimento vocacional. O tornar-se religioso opera-se através da interiorização pelo candidato, de uma ordenação racional estabelecida no código das regras que organizam a vida conventual. Um único centro de autoridade deve estar presente para que o noviço aprenda a controlar-se, a submeter-se ao modelo de formação proposto. A formação do noviço no convento é como um

tratamento moral, uma estratégia na qual o poder religioso e/ou eclesiástico do superior se apoia em todas as relações institucionais que geralmente foram articuladas de modo a lhe servirem como intermediárias. O processo formativo pode então ser considerado como uma luta, uma relação de forças entre um pólo formador (superior, regras) e um pólo sujeito à formação (noviço). Normalmente, o noviço deseja transformar-se e se submete de bom grado a modelagem subjetiva. É nos seus momentos de resistência que torna-se necessário dobrá-lo, dominá-lo, através de uma relação formativa (pedagógico-terapêutica) que é semelhante a uma luta entre as forças do bem e do mal. O noviço só pode reconquistar sua humanidade, transformada através de um ato de fidelidade a uma potência soberana encarnada em um homem, numa relação caracteristicamente tutelar.

Goffman (1987, p. 111) utiliza o termo “carreira moral” em um sentido amplo, com a finalidade de indicar qualquer trajetória percorrida por uma pessoa ao longo de sua vida, permitindo ainda uma perspectiva tanto dos aspectos mais íntimos e pessoais, quanto da posição oficial, jurídica e pública do indivíduo, dentro de um complexo institucional. A “carreira moral” indica o processo da vida toda do indivíduo, tanto em direção ao sucesso quanto ao fracasso, dentro da instituição. Esse processo tem momentos típicos, tais como início da vida institucional, crises, evoluções, desenvolvimentos de adaptação, de rebeldia, de submissão, de ruptura, etc.

10. *Ao ser admitido definitivamente, o novato recebe um nome novo, que significa, por um lado, renúncia a toda sua vida anterior, e por outro, a novidade da vida que se inicia.* Nas prisões e instituições do gênero, o internado recebe um número que substitui seu nome, por exemplo. Ou recebe um número de identificação necessário como membro do estabelecimento.

11. *Vestimenta específica ou hábito monástico, que pode incluir o corte ou o raspado parcial ou total do cabelo (tonsura).* Este ato representa o distanciamento moral com relação ao modo costumeiro de vida da sociedade circundante. É comum o uso de uniformes em instituições totais, incluindo um corte de cabelo mais “higiênico” ou “disciplinado”.

12. *Sistema penitencial e punitivo para aqueles que desobedecem as normas de conduta do grupo monástico.* Pode tomar muitas formas e chegar, nos casos mais extremos, à excomunhão ou expulsão temporária ou definitiva do grupo. Podemos perceber aí talvez a presença original desse micropoder judiciário (Foucault, 1999b, p. 120ss) que passou a permear as modernas instituições de seqüestro, estabelecendo microprocessos inquisitoriais e processos de desligamento.

A partir dos estudos de Castel (1978), Goffman (1987) e de Foucault (1982, 1999a, 1999b), podemos observar como toda essa tecnologia conventual foi recuperada pela medicina, psiquiatria, pedagogia, judiciário e psicologia nascentes. As técnicas de controle e disciplinamento relativas ao corpo e ao psiquismo, tendo surgido na vida monástica, migraram para as Instituições Totais (hospitais, prisões, manicômios, escolas) do século XIX, onde foram aperfeiçoadas.

### ***O convento como matriz das instituições totais***

O convento recruta indivíduos em meio à população, tomando-os ao seu encargo, arrancando-os do seu meio para transplantá-los num espaço fechado a fim de maximizar a eficácia das técnicas disciplinares que lhes serão impostas: aprendizagem da

regularidade, da obediência, do trabalho, etc. Essas operações têm como finalidade inserir os reclusos no circuito da normalidade, quando as técnicas de disciplinarização são vitoriosas, ou pelo menos neutralizá-los definitivamente, se necessário, através da segregação. O objetivo é anular ou reduzir a distância que certos comportamentos mantêm em relação à norma dominante, corrigir os indisciplinados, obrigar os ociosos ao trabalho, prevenir possibilidades de desordem e agitação.

Podemos afirmar que o convento é um estabelecimento construído como um aparelho especializado na formação de noviços vocacionados, ele os identifica a partir do código vocacional e em seguida apodera-se deles. A seqüestração parece uma medida bastante natural, pois a necessidade do isolamento se fundamenta na natureza do próprio processo formativo. O convento, em si mesmo, é considerado um elemento indispensável no processo formativo.

O convento realiza uma instrumentalização do poder absoluto, concentrando-o nas mãos do superior hierárquico, consignando-o nas regras que tornam seu exercício eficaz e racional. Essa tecnologia conventual unifica três princípios de obrigação heterogêneos quanto ao seu fundamento: respeitar o regulamento, rezar e trabalhar. Todas as atividades são caracterizadas como formativas: princípio justificativo do qual se deduz que a organização da vida cotidiana, a submissão aos superiores/formadores e o trabalho são elementos formativos. O processo formativo conventual organiza-se como uma tecnologia englobante que aparentemente unifica internamente a diversidade das coerções (administrativas, comunitárias, acadêmicas, espirituais, econômicas, pessoais, etc.) impostas ao noviço.

No convento encontramos o duplo jogo da instituição totalitária: neutralizar e reeducar. O controle exercido sobre o noviço pode ser feito segundo dois modelos antagônicos: a exclusão e o esquadramento disciplinar. Essa duas estratégias não são mutuamente excludentes. A segregação pode representar uma primeira operação que é complementada pela aplicação, num espaço fechado, de todo um sofisticado programa de ressocialização.

Porque esse modelo ideal fracassou ao ser implementado em outras instituições totalitárias? O prisioneiro, o louco, a criança, o velho, não têm a priori, nenhuma razão para serem moralizados, normativizados. Existe uma defasagem entre o código social e moral que os seleciona, o programa de ressocialização e a finalidade readaptativa da instituição que lhes é imposta de fora.

As instituições totais em geral pretendem obrigar o internado a romper com sua cultura, a rejeitar sua pertença a um grupo e classe social específicos, em nome de um projeto de regeneração que não tem nada a ver com ele, expressando apenas a lei hegemônica que representa a vontade dos senhores. Essa situação propicia o aparecimento de uma relação de forças entre a equipe dirigente e o grupo dos internados: a força dos fracos se expressa através da dissimulação, do complô e da sabotagem que desvia e corrompe a lei que devia imperar no estabelecimento, podendo bloquear eficazmente seu funcionamento. A equipe dirigente que dispõe do poder precisa de uma tecnologia específica – a disciplinar – para instrumentalizá-lo e implementá-lo adequadamente (Foucault. 1999b).

### **Caracterização das instituições totais**

Goffman (1987, p. 11) define a instituição total como “um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.” As instituições totais podem ser enumeradas em cinco categorias: a) as criadas para cuidar de pessoas que são consideradas incapazes e inofensivas, tais como as casas de cegos, asilos para idosos, órfãos e indigentes; b) locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça não intencional para a comunidade, como por exemplo, sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários; c) as criadas para proteger a comunidade contra ameaças e perigos intencionais, sem se importar muito com o bem-estar das pessoas segregadas, onde se inserem as cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra e campos de concentração; d) as erigidas com a intenção de realizar de um modo mais adequado alguma tarefa instrumental, tais como: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias; e) os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, que também podem servir como locais de instrução para religiosos, tais como: abadias, mosteiros, conventos e outros claustros.

Esta classificação não pretende ser completa, totalmente clara nem definitiva. É possível traçar um perfil geral a partir dessa lista de instituições, mas esse esquema não parece ser exclusivo delas e nem todos os traços se aplicam a todas elas.

As instituições fechadas por muros que delimitam seu território apresentam algumas características distintivas: os indivíduos internados têm como parte de suas obrigações, uma participação visível, nos momentos adequados, nas atividades do estabelecimento. Isso exige deles uma mobilização da atenção e do esforço muscular, além de certa submissão pessoal à atividade em questão. Esta participação obrigatória na atividade da instituição é considerada como um símbolo do compromisso e da adesão do indivíduo, implicando também na aceitação por ele das conseqüências da participação para uma definição de sua natureza, papel e posição de internado. Os problemas da adesão visível nas atividades programadas da instituição são indicadores do modo como os indivíduos se adaptam ou não ao papel e definição que o estabelecimento lhes impõe.

Cada fase da atividade diária do internado é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de pessoas, todas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as coisas em conjunto. Todas as atividades são rigorosamente estabelecidas em horários contínuos, de modo que uma leva à outra e toda seqüência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras explícitas e pelo grupo dirigente. As várias atividades obrigatórias estão reunidas num plano racional e único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. Há um controle de muitas das necessidades humanas pela organização burocrática de grupos inteiros de internados.

O controle e a vigilância sobre o conjunto dos internados, sob a responsabilidade do grupo dirigente, faz com que todos cumpram as normas estabelecidas e ao mesmo tempo, salienta a infração de um indivíduo no contexto global da obediência visível e constantemente examinada dos demais. Existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado (os internados) e uma pequena equipe dirigente que os supervisiona. O grupo dos internados vive na instituição e tem um contato restrito com o mundo

externo. A equipe dirigente muitas vezes trabalha num sistema de oito horas por dia e pode estar integrada no mundo externo.

Cada um desses grupos tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis. Os internados podem ver os dirigentes como autoritários, condescendentes, arbitrários e mesquinhos. Os dirigentes vêem os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança. Os primeiros tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos e censuráveis. Os segundos costumam se sentir superiores e corretos. A mobilidade entre os dois estratos é grosseiramente limitada, geralmente há uma grande distância social entre ambos e esta é freqüentemente prescrita. Há também restrição de informações, sobretudo, as relativas aos planos dos dirigentes para os internados, que não costumam ter conhecimento quanto ao seu destino. Assim, desenvolvem-se dois mundos sociais e culturais diferentes, que caminham juntos com pontos de contato oficiais, mas com pouca interpenetração.

O trabalho dentro dessas instituições, nas quais os internados têm o atendimento de todas as suas necessidades planejadas, apresenta características peculiares. O trabalho pode ser muito ou pouco, pode estar relacionado a um sistema de recompensas secundárias ou prêmios que estimulam o internado a prosseguir-lo. Como não há pagamento em dinheiro, mediação usual utilizada no mundo externo, há uma fraca motivação para executar o trabalho, para gastar mais ou menos tempo no seu término. O trabalho é geralmente uma forma de preencher o tempo ou um castigo propriamente dito. Ele contribui para o funcionamento da instituição, mas não é essencial. Existe uma incompatibilidade entre o funcionamento das instituições totais e as relações sociais capitalistas que regem o trabalho assalariado na sociedade atual. Elas parecem mais próximas do modelo feudal ou escravista.

A família também é outro elemento incompatível com a instituição total. A vida familiar e doméstica é contrastada com a vida grupal dos internados, que dificilmente podem manter uma vida doméstica significativa. A instituição total suprime um círculo completo de lares reais ou potenciais. A instituição total é um híbrido social, constituído parcialmente enquanto grupo residencial e parcialmente como organização formal. Ela é um viveiro ou uma estufa que funciona como instrumento para modelar, mudar e transformar pessoas. Cada instituição total é assim, um experimento natural do que se pode fazer com a identidade de um indivíduo. Depois de definir as instituições totais e enumerar suas características gerais, podemos apontar para as semelhanças que se impõem de modo persistente e decisivo, obrigando-nos a considerar a especificidade desse fenômeno social. Assim, instituições tais como prisões, hospitais psiquiátricos, colégios internos, conventos, seminários para formação de padres e instituições religiosas em geral, têm muitos aspectos em comum, coisa que não parece tão evidente num primeiro momento.

Todos estes estabelecimentos utilizam mecanismos de segregação, estratificação social e modelagem da subjetividade, alternando punições, recompensas e a estratégia de dividir para reinar que não são necessariamente diferentes das relações de dominação e subjetivação, dos processos de poder em vigor em toda e qualquer sociedade. Mas nestes estabelecimentos, os mecanismos produtores de subjetividade são exacerbados, por se tratar de situações extremas. De certa forma, são estabelecimentos específicos e como que purificados, revelando as engrenagens do poder de modo mais explícito e evidente, próprias para a pesquisa em laboratório.

A constituição característica desses estabelecimentos totais parece funcionar de modo autônomo, sendo que abades, reitores, diretores, comandantes, guardas,

superiores, enfermeiros, médicos e psiquiatras não deveriam se condenados por sua responsabilidade pessoal nem elogiados por seus talentos administrativos. Somente poderemos compreender os problemas sociais e o impacto produzido na subjetividade, produzidos pelas Instituições Totais, através do estudo da estrutura social subjacente a esses estabelecimentos.

Podemos comparar Goffman (1987) com Bentham (Foucault, 1999a, 1999b), criador do Panoptismo. Goffman demonstra uma autêntica atualização do panoptismo na sociedade contemporânea, ao estudar a microsociologia das Instituições Totais. Aquilo que Bentham se dispõe a construir, Goffman no-lo mostra em efetivo funcionamento. Mas se Goffman descreve com grande acuidade o fenômeno, não se questiona por suas origens históricas. Ele realiza uma análise dessas instituições nos diz: isto está aí e funciona desse modo, produz esses efeitos. O que de fato, não consideramos como sendo pouca coisa. Mas não podemos deixar de nos perguntar: como essas instituições disciplinares se constituíram historicamente?

### ***Michel Foucault e as instituições disciplinares produtoras de subjetividade***

Segundo Foucault (1999a) a sociedade disciplinar surgiu por volta do século XVIII, caracterizando-se, sobretudo, como um modo de organizar o espaço, de controlar o tempo, de vigiar e registrar continuamente o indivíduo e sua conduta. A sociedade disciplinar deu lugar ao nascimento de determinados saberes (ciências humanas), nos quais o modelo prioritário de estabelecimento da verdade é o *exame*. Através desse procedimento instaurou-se um modo de poder onde a sujeição não se faz apenas sob a forma negativa da repressão, mas principalmente sob a forma mais sutil do adestramento, numa produção positiva de comportamentos que definem o homem enquanto “indivíduo” e o que ele pode e deve ser segundo critérios da “normalidade”.

Ao mesmo tempo em que surgiram esse saberes e poderes disciplinares, instalaram-se no mundo contemporâneo algumas instituições específicas a eles articuladas. Essas instituições que surgiram por volta do início do século XIX se encarnaram nas fábricas, hospitais, escolas, casas de correção, prisões, manicômios, etc. que ainda hoje mantêm características de fundo idênticas: a manutenção da vigilância através da visibilidade. Essas instituições seqüestram o indivíduo, não propriamente para excluí-lo, mas para incluí-lo num sistema normalizador.

Estas instituições têm como funções o controle do tempo, dos corpos e a instalação de um poder polimorfo. Fazem funcionar um poder polivalente, microfísico, que não é essencialmente localizável em um pólo centralizado e personalizado, mas que é principalmente difuso, espalhado, minucioso, capilar (Foucault, 1979).

Quando Foucault analisa o poder, ele o estuda visando explicitar, através de análises minuciosas e precisas de práticas políticas disciplinares, como numa determinada sociedade, se produz o sujeito como individualidade. Apesar de Foucault ter dedicado a sua atenção ao que atualmente chamamos de análise das instituições, ele não limitou suas pesquisas ao estudo das mesmas, preferindo privilegiar o desenvolvimento das tecnologias de poder. É preciso analisar as instituições a partir das relações de poder.

Em “Vigiar e Punir”, Foucault (1999b) não faz a história das diversas instituições disciplinares. O objetivo de sua análise teria sido o de localizar algumas das técnicas

essenciais que, de uma instituição à outra, se generalizaram mais facilmente, técnicas essas que definem um certo modo de investimento político do corpo e que a partir do século XVIII acabaram por cobrir todo o corpo social. Essas técnicas de dominação intervêm materialmente, investindo a realidade mais concreta dos indivíduos: seu corpo. A “microfísica” do poder vai analisar esses procedimentos técnicos do poder que realizam um controle detalhado, minucioso, do corpo: dos gestos, das atitudes, dos comportamentos, dos hábitos. Essas técnicas que realizam a sujeição constante das forças do corpo e que impõem uma relação de docilidade-utilidade são chamadas por Foucault de disciplinas ou poder disciplinar.

Foucault (1999b) apresenta a genealogia do indivíduo moderno como um corpo dócil e mudo, mostrando a interrelação da tecnologia disciplinar com uma ciência social normativa. A tecnologia disciplinar implica numa instrumentalização específica da vigilância e da punição. Nos séculos XVIII e XIX generalizaram-se procedimentos disciplinares para a produção e o controle dos indivíduos e populações. A disciplina é uma técnica que funciona maciça e adequadamente nos conventos, nas prisões e no exército. Pode ser utilizada para fins precisos nas fábricas, escolas e hospitais; poderia ser utilizada por autoridades no controle de doenças e também pela polícia. Mas a disciplina não pode ser reduzida nem é identificada com nenhum desses estabelecimentos em particular. Ela atua inicialmente sobre o corpo, que é abordado como um objeto a ser analisado e desmontado em suas partes constituintes, quer forjar um corpo dócil, submetido, capaz de ser utilizado, aperfeiçoado, transformado. Em segundo lugar, a tecnologia disciplinar transformou o ser humano num objeto manipulável, passando progressivamente a ignorar, minimizar e a silenciar a dimensão significante: os homens deixam de ser ouvidos, não são sujeitos a serem interpretados.

Finalmente, o micropoder disciplinar, semelhante à tecnologia conventual, a fim de atingir a total docilidade e um aumento correspondente de poder, passa a controlar os diferentes empregos do tempo, operando continuamente sobre os corpos, de modo constante e regular. Espaço, tempo e movimento passaram a ser codificados e exercidos incessantemente. O controle do espaço é um elemento essencial da tecnologia disciplinar, que procede pela organização dos indivíduos no espaço, exige um fechamento específico do espaço. Nos diferentes estabelecimentos, a construção de uma grade organizada permite a distribuição dos indivíduos que serão disciplinados e supervisionados.

O princípio da divisão elementar em unidades regulares gerencia a organização interna do espaço. Cada elemento da grade, ao ser codificado, ganha um valor e sua presença ou ausência podem ser facilmente verificadas. Os indivíduos são designados aos seus lugares, repartidos, transformados e observados com grande economia. A *disciplina*, ao agir sobre os corpos, opera individualizando, fazendo dos homens indivíduos, ao mesmo tempo objetos e instrumentos do seu poder. Sua ação não é violenta nem agressiva, é sutil no treinamento e na distribuição dos homens-indivíduos. Ela opera combinando a observação hierárquica e a sanção normalizadora, que se associam a uma técnica central do poder disciplinar, o exame.

A eficácia do poder disciplinar resultaria do uso de três instrumentos simples: *a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame* que combina os traços da hierarquia que vigia, com os da sanção que normaliza. Podemos encontrar a matriz desses instrumentos nas diversas características do convento. O exame, como controle normatizante e vigilância que permite qualificar, classificar e punir,

. . . está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões. Portanto, de fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória. Com ele se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra, dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente (Foucault, 1999b, p. 160).

Não é todo tipo de poder que individualiza, mas apenas um tipo específico que Foucault denominou de *disciplinar*. A subjetividade do homem contemporâneo não estaria na origem, como invariante, mas está no final de um processo complexo; ela é da ordem da produção, não do dado original. A subjetividade deve ser compreendida no plural, pois foi produzida por tecnologias plurais que se desenvolveram ao longo da história ocidental, ela é múltipla e plural, não guardando nenhuma fixidez.

Como foi que o indivíduo moderno tornou-se sujeito? Foucault (1982) afirma que através da criação do *dispositivo da sexualidade*, o *biopoder* estendeu suas redes aos menores movimentos do corpo e da alma, através de uma tecnologia específica: *a confissão do sujeito individual, tanto pela auto-reflexão quanto pelo discurso*. Na genealogia do indivíduo moderno como sujeito, Foucault justapõe as tecnologias subjetivantes às tecnologias disciplinares que transformaram o homem em objeto de conhecimento. Foi por isso que voltamos ao convento, onde acreditamos que se encontram as origens desse processo.

O auto-exame, a confissão, o exame clínico, a vontade de saber a verdade sobre si mesmo instigam o homem a falar sobre si. Há estreitas relações entre a confissão, a verdade e o poder na construção das ciências humanas e sociais. Se as tecnologias disciplinares produziam mudanças nos corpos dóceis, as tecnologias de si fazem do indivíduo moderno um sujeito falante. A chave das tecnologias de si está na crença de que se pode, com a ajuda de especialistas, falar a verdade sobre si mesmo. O sujeito moderno é então constituído pela individualidade, pelo discurso, pela busca da verdade sobre si e pela coerção que o poder e o saber contemporâneos exercem sobre ele para constituí-lo como tal.

## **Conclusão**

As instituições totalitárias não desapareceram na sociedade contemporânea. Pelo contrário, há uma florescente indústria funcionando ativamente no sistema prisional (Salla, 2000), nos novos pavilhões construídos para a FEBEM (Guirado, 1986), nos inúmeros presídios que se espalham pelo interior do Estado de São Paulo. Nesta categoria de instituições ainda entram os hospitais psiquiátricos (Levinson e Gallagher, 1971; Castel, 1978; Goffman, 1987; Foucault, 1999a), internatos escolares em geral (Rego, 1979; Hesse, 1970, 1980; Perrone-Moisés, 1988; Musil, 1986; Lautréamont, 1986; Pompéia, 1997), colégios agrícolas com internato, asilos para idosos, orfanatos para crianças, quartéis e casernas militares, escolas para formação de policiais militares (Cruz, 1989), seminários católicos que acolhem adolescentes e jovens universitários em regime de internato para prepará-los para o sacerdócio (Cabras, 1982; Trevisan, 1985; Tagliavini, 1990; Rocha, 1991; Ferraz e Ferraz, 1994; Benelli, 2003), plataformas petrolíferas marinhas, casas que acolhem crianças em situação de risco, o exército, etc.

A condição de alguém que vive como internado numa instituição deve ser considerada de modo relevante em si mesma. Sua vida real, atitudes, idéias, sentimentos e conduta devem ser estudados nesse contexto institucional. Acreditamos que o período de internação em um ambiente especial constitui uma parte significativa do período vital total do indivíduo. Esse lapso de tempo no qual o indivíduo vive como internado pode deixar marcas profundas na sua subjetividade e se configura enquanto um tema de estudo apropriado em si mesmo. A condição de internado, seja num hospital geral, num hospital psiquiátrico, numa prisão, num colégio interno, num convento ou num seminário, nos parece relevante em si mesma como um assunto que merece ser estudado e compreendido (Benelli, 2003).

Dentre as práticas sociais de modelagem da subjetividade, a internação em instituições totais tem sido historicamente uma estratégia extremamente freqüente. Estas instituições foram e continuam sendo utilizadas como agências produtoras de subjetividade, modelando-a de acordo com o contexto institucional ao promover relações peculiares entre dirigentes e internados no conjunto das práticas institucionais. Por isso, tais instituições merecem nossa atenção e estudo.

Benelli, S. J. (2009). The Catholic Cloister As Source Origin Of The Total Institutions And The Appearance Of The Disciplinating Society. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(1), 48-64.

**Abstract:** *In this article we try to discuss a hypothesis of research that comes up in Foucault, Castel and Goffman, through which the catholic cloister may be regarded as the ever-flowing origin of many total institutions which emerged in the Western. We have characterized the several total institutions and presented the universal phenomenon of the monastical life, by expliciting schematically the appearance of the convent/cloister in the catholic european western and its way of functioning, discussing the main characteristics of the conventual technology, outstanding its feature as a producer agency of subjectivity. The disciplinating techniques that proliferate in the shut institutions started coming up in the religious cloister which can be considered as laboratories where they had been experimented before being generalized. The cloister was an impressive machine of overdecoding power developed a technology highly sophisticated for the production of subjects and subjectivity.*

**Key Words:** *catholic cloister, total institutions, production of subjectivity.*

## **Referências**

- Benelli, S. J. (2003). *Pescadores de homens: a produção da subjetividade no contexto institucional de um Seminário Católico*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Faculdade de Ciências e Letras – UNESP. Assis, Brasil.
- Benito, N. (1984). *La santa regla*. Buenos Aires: Paulinas.
- Cabras, A. (1982). *Os anjos querem ser homens – um estudo sobre a laicização de padres no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Castel, R. (1978). *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. (M. T. C. Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro: Graal.
- Cruz, S.G.F.P. (1989) *Herói ou bandido? Um estudo sobre a produção de identidade em policiais militares*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, Brasil.
- Ferraz e Ferraz, M.G.C. (1994). *Religare. Uma cartografia da fé* (v. 2). Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, Brasil.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. (R. Machado, org. e trad.) Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1982). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (4ª ed.). (M. T. C. Albuquerque, trad.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1999a). A verdade e as formas jurídicas. *Cadernos da PUC/RJ* (série Letras e Artes), 6/74, nº.16.
- Foucault, M. (1999b). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (21ª ed.). (R. Ramallete, trad.). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1975).
- Guirado, M. (1986). *Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus.
- Goffman E. (1987). *Manicômios, prisões e conventos*. (2ª ed.). (D. M. Leite, trad.). São Paulo: Perspectiva. (Original publicado em 1961).
- Gómez, J. A. (1996). *Historia de la vida religiosa*. (2ª ed., v. 3). Madrid: Publicaciones Claretianas.
- Hesse, H. (1980). *Narciso e Goldmund*. (4ª ed.). (M. M. Spiritus, trad.). São Paulo: Brasiliense.
- Hesse, H. (1980). *Menino prodígio*. (5ª ed.). (A. Cabral, trad.). Rio de Janeiro: Record.
- Lapierre, J-P. (1993). *Regras dos monges: Pacômio, Agostinho, Bento, Francisco, Carmelo*. (M. C. M. Duprat, trad.) São Paulo: Paulinas.
- Lautréamont, C. (1986). *Cantos de Maldoror*. (C. Willer, trad.). São Paulo: Max Limonad.
- Levinson, D. J. & Gallagher, E. B. (1971). *Sociología del enfermo mental*. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1964).

- Musil, R. (1986). *O Jovem Törless*. (L. Luft, trad.). Rio de Janeiro: Rio Gráfica. (Original publicado em 1906).
- Perrone-Moisés, L. (org.). (1988). *O Ateneu: retórica e paixão*. São Paulo: Brasiliense/EDUPS.
- Pompéia, R. (1997). *O Ateneu*. São Paulo: Publifolha. (Original publicado em 1888).
- Rego, J. L. (1979). *Doidinho* (18ª ed.). Rio de Janeiro: José Olympio. (Original publicado em 1933).
- Rocha, C. L. R. (1991). *Muitos são os chamados mas poucos escolhidos – um estudo sobre a vocação sacerdotal*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Brasil.
- Salla, F. (2000). A retomada do encarceramento: as masmorras high-tech e a atualidade do pensamento de Michel Foucault (pp. 35-58). In F. Biroli; M. C. Alvarez, (orgs.). *Cadernos da F.F.C. – UNESP*. Marília: Unesp Publicações.
- Tagliavini, J. V. (1990). *Garotos no túnel – um estudo sobre a imposição da vocação sacerdotal e o processo de condicionamento nos seminários*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Brasil.
- Trevisan, J. S. (1985). *Em nome do desejo* (2ª ed.). São Paulo: Max Limonad.

*Recebido: janeiro de 2009.  
Aprovado: maio de 2009.*